



ARTIGO ARTICLE

Necropolítica na mídia noticiosa: Paradoxos discursivos sobre o assassinato da menina Ágatha Félix nos websites 'Alma Preta' e 'O Globo'

Necropolítica en los medios informativos: Paradojas discursivas sobre el asesinato de la niña Ágatha Félix en los sitios web 'Alma Preta' y 'O Globo'

Necropolitics in the News Media: Discursive Paradoxes about the Murder of the Girl Ágatha Félix on the Websites 'Alma Preta' and 'O Globo'

■ Marina Lopes de Souza

e-mail: lopes.marina@estudante.ufjf.br

■ Telma Sueli Pinto Johnson

e-mail: telma.johnson@ufjf.br

Resumo

Palavras-chave: necropolítica, violência policial, racismo, jornalismo, Ágatha Félix

Palabras-clave: necropolítica, violencia policial, racismo, periodismo, Ágatha Félix

Keywords: necropolitics, police violence, racismo, journalism, Ágatha Félix

O artigo se propõe a examinar como as mídias digitais de conteúdo noticioso *Alma Preta Jornalismo (APJ)* e *O Globo* enquadraram a violência policial que resultou no assassinato, em 2019, de Ágatha Félix, 8 anos, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Adotou-se a análise de conteúdo qualitativa, articulando aportes teóricos do *newsmaking*, do racismo estrutural e da necropolítica, para cotejar um *corpus* de reportagens em busca de compreender as significações das mensagens sob condições de produção sócio-históricas situadas. Observou-se que o veículo contra-hegemônico APJ, com menor número de fontes de informação oficiais, trouxe pautas reflexivas sobre racismo e necropolítica. Inversamente, o veículo hegemônico *O Globo*, embora com cobertura factual mais detalhada, não aprofundou criticamente o problema societal sistêmico das relações entre violência policial e racismo.

Abstract

The article proposes to examine how the digital news media *Alma Preta Jornalismo (APJ)* and *O Globo* framed the police violence that resulted in the murder in 2019 of Ágatha Félix, 8 years old, in Complexo do Alemão, in the North Zone of Rio de Janeiro. Qualitative content analysis was adopted, articulating theoretical contributions from *newsmaking*, structural racism and necropolitics, to collate a *corpus* of reports in an attempt to understand the meanings of the messages under situated socio-historical production conditions. It was observed that the counter-hegemonic vehicle APJ, with a smaller number of official sources of information, brought reflective guidelines on racism and necropolitics. Conversely, the hegemonic vehicle *O Globo*, although with more detailed factual coverage, did not critically deepen the systemic societal problem of the relationship between police violence and racism.

Introdução

O presente artigo trata do caso da menina negra Ágatha Félix, de 8 anos de idade, assassinada no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, onde morava, na noite de 20 de setembro de 2019. A criança estava dentro de uma kombi com sua mãe, quando foi baleada pelas costas por um tiro de fuzil. O Complexo do Alemão é um bairro do Rio que se expande, desde os anos de 1920, como forma alternativa de moradia para a população de baixa renda. É uma área tensa, que reúne atualmente 15 favelas, marcada por permanentes guerras armadas entre o comando do tráfico de drogas e operações militares, em âmbito estadual e/ou com o apoio do governo federal. Os traumas e danos colaterais envolvendo civis inocentes, resultantes da violência física e simbólica, são recorrentes (Viana, 2021).

Dois meses após o assassinato de Ágatha, a investigação aberta pela Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro (Sepol/RJ) concluiu que não havia tiroteio no território quando a criança foi atingida. Também foi anunciado, ao fim do inquérito, que a bala que a atingiu saiu de uma arma que estava com o cabo Rodrigo José de Matos Soares, que atuava em uma unidade da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Complexo. No início de dezembro de 2019, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) denunciou o policial militar por homicídio qualificado, previsto no artigo 121 do Código Penal como crime hediondo, com pena de 12 a 30 anos de prisão. O julgamento, após três audiências, está parado na justiça desde fevereiro de 2022, à espera de decisões burocráticas que definirão se será ou não levado a júri popular.

O assassinato de Ágatha integra as estatísticas de violência policial racializada e de violações aos direitos humanos que vêm sendo mapeadas desde 2019 pela Rede de Observatórios de Segurança, que reúne instituições acadêmicas e sociedade civil de oito estados brasileiros — Bahia Ceará, Maranhão, Pará Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre maio de 2019 e junho de 2021, a Rede apontou que 37 crianças e adolescentes foram vitimados no Rio por balas perdidas (Rede de Observatórios da Segurança, 2021). Outro relatório da Rede, relativo a levantamentos de 2021, revelou que, das 1.356 pessoas mortas em operações policiais no estado do Rio de Janeiro, 87,3% eram negras (pretas e pardas) (Rede de Observatórios da Segurança, 2022).

Essa vertente particular de violência física e simbólica, de descumprimento de garantias de direitos constitucionais por agentes públicos, embora não seja novidade, vem sendo cada vez mais documentada, midiaticizada e visibilizada na esfera pública. Concordamos com a reflexão de Sodré (2023), na abertura de um ensaio publicado na **METAXY**, ao tratar da relação entre racismo, violência e mídia: “vou entender violência não só como exercício de força destrutiva descontrolada – portanto, a violência anômica, a violência dos crimes, a violência dos assaltos, a violência das mortes injustificadas –, mas violência como condição social” (p. 145).

Este trabalho se propõe a contribuir para os esforços de monitoramento e combate às práticas de violência policial e dados colaterais de inocentes civis, partindo do pressuposto de que políticas de segurança pública eficazes e duradouras, para além de propostas orais e palavras escritas, só podem ser minimamente garantidas por ações legais embasadas em um esforço de ampla compreensão societal sobre redes que se entrecruzam nas “cadeias de referência” (Latour, 2019) envolvidas no problema. São as cadeias de referência, na proposta de Latour (2019), que permitem o conhecimento fazer sentido de continuidade, apesar de séries de descontinuidades em um mundo em constante transformação, complexificado por modos de existência. Como afirma o autor:

É um dos efeitos da referência engendrar ao mesmo tempo um tipo de objeto conhecido e um tipo de sujeito cognoscente em cada uma de suas extremidades; objeto e sujeito que não são as causas, mas somente as *consequências* da extensão de tais cadeias e, de algum modo, seus produtos. Quanto mais essas cadeias se alongam, tornando-se mais espessas, mais instrumentadas, “existe” tanto mais objetividade e “existe” tanto mais conhecimento objetivo circulando no mundo (Latour, 2019, pp. 125-126).

Nesse sentido, um segundo pressuposto que adotamos é que as representações contemporâneas da mídia noticiosa brasileira em ambientes digitais nos convocam a estudá-las empiricamente como cadeias de referências, na medida em que o jornalismo pode ser analisado como mediador entre a sociedade e o poder político estabelecido no espaço público metatópico (Taylor, 2000). Sua função social é servir de arquivo e memória coletiva, com informações plurais, contextualizadas e analíticas sobre causas, consequências, ações e atores responsáveis envolvidos nos acontecimentos (Christofolletti, 09/04/2022), validando-se como instrumento de reforço da democracia e de defesa dos direitos humanos.

Assim, o artigo examina como o caso Ágatha foi enquadrado por dois veículos jornalísticos com perfis bastante diferenciados em termos de história, política editorial e modelo de negócios: o *Alma Preta Jornalismo* (referenciado a partir de agora como *APJ*), de São Paulo, e *O Globo*, do Rio, buscando cotejar e inferir posicionamentos e significações sobre o tratamento das mortes de corpos negros executados pelo Estado. Entre as questões investigadas, estão: como a vítima foi retratada? Quais fontes de informação foram escolhidas? Qual vocabulário foi utilizado nos textos?

O trabalho se desenvolve em três partes. Na primeira, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre racismo estrutural, necropolítica e hegemonia. Na segunda, tratamos de mídia hegemônica e contra-hegemônica para abordar a escolha dos nossos objetos. Por fim, a partir do método de análise de conteúdo, apresentamos os achados nas reportagens coletadas dos websites de *APJ* e *O Globo*, entre 20 de setembro de 2019 e 30 de abril de 2021, com as análises qualitativas concentradas no período de sete dias após o assassinato.

Racismo estrutural, necropolítica e hegemonia

Almeida (2019) e Ribeiro (2019) afirmam que para se discutir racismo no Brasil é essencial trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo — e as consequências acarretadas por isso. Almeida (2019) acrescenta uma nova perspectiva, argumentando ser possível olhar o racismo por mais dois ângulos, além do estrutural: o individualista e o institucional. Pelo primeiro, o racismo seria um fenômeno anormal atribuído a um grupo isolado, sendo combatível por meio de punição jurídica. Já o racismo institucional não se refere a comportamentos individuais, mas ao resultado do funcionamento das instituições que atribuem vantagens ou privilégios de acordo com a raça.

Na visão de Pena (2019), o racismo constitui um imaginário social a todo momento reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional: “é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (p. 67). O caso Ágatha Félix remete aos conceitos essenciais para a compreensão de relações hegemônicas e contra-hegemônicas, bem como a questões sobre racismo estrutural, que repercutem no exercício jornalístico, trazendo para o debate a pauta de uma temática recorrente, ancorada nas relações históricas de *necropolítica*, a política da morte — *necro* vem da raiz grega *nekros*, significando “corpo morto”.

Borges (2019) observa que o Brasil foi construído a partir da escravização de populações retiradas à força do continente africano e que essa mão de obra se tornou o principal pilar da sociedade. Ainda segundo a autora, o corpo do negro escravizado passa a ser a primeira mercadoria do sistema colonial, tornando-se reflexo das dinâmicas sociais que ocorrem em e resultam de uma hierarquização racial.

Diante dessa organização social de opressão ao povo negro, Mbembe (2016, p. 135) descreve *necropolítica* como “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”. O autor se afasta de análises tradicionais da soberania produzidas na ciência política, que tratam o conceito nos limites das institucionalizações, para se concentrar em uma abordagem crítica da noção de soberania e sua relação com a guerra e biopoder de Foucault. Assim, Mbembe (2016) propõe uma noção atualizada de *necropolítica* e *necropoder* como:

As várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p. 146).

Nessa linha de pensamento, Almeida (2019) acredita que no cenário regido pela *necropolítica*, o racismo permite que as pessoas naturalizem a extrema violência a que populações inteiras são submetidas, a morte de crianças por balas perdidas, a convivência com áreas inteiras sem saneamento básico, sistema educacional ou de saúde e o extermínio de milhares de jovens negros por ano, algo já denunciado pelo movimento negro brasileiro como genocídio.

No contexto sociopolítico em que se deu o assassinato de Ágatha, em 2019, é fundamental lembrar que o estado do Rio era governado por Wilson Witzel (PSC), que ficou conhecido pela sua (necro)política de combate ao crime, com violentas ações junto a comunidades, em especial na capital fluminense. Witzel foi o primeiro governador do Rio a sofrer *impeachment*, em 30 de abril de 2021, mas a razão da cassação de seu mandato foi outra: foi acusado de desvios de verbas públicas na área da saúde durante a pandemia de covid-19. A carreira política meteórica de Witzel foi marcada por declarações que acentuavam a adoção da política de morte, como descreve Ferreira (2019, p. 19):

Essa política de controle policial contundente nas favelas se torna visível nos discursos do governador, como: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro.” (VEJA, 2018); “Se tiver de arma na mão, tem que morrer.” (O GLOBO, 2018); “Não se combate o terrorismo com flores.” (TV BRASIL, 2019); “Se fosse com autorização da ONU, em outros lugares do mundo, nós teríamos autorização para mandar um míssil naquele local e explodir aquelas pessoas” (O GLOBO, 2019).

Para Diniz (2003), na ausência de ações eficazes do poder público, a imprensa tende a desempenhar socialmente a função de proteger os cidadãos do abuso de poder, bem como dar voz às suas preocupações e revoltas. Historicamente, o papel da polícia tem sido o de garantir a proteção das classes mais favorecidas e seu aparato crítico em “ações pacificadoras”, como argumenta Vaz (2023, p. 93): “parece estar configurado para olhar os corpos afrodescendentes como corpos inimigos”, tendo a cidade do Rio de Janeiro como um cenário emblemático que evidencia, em escala local, uma situação nacional. Como sinaliza Tristão (2017, p. 51), “[n]a própria mídia – vista aqui como sinônimo do jornalismo, existe um reforço de que a cidade vive em uma guerra constante contra o inimigo, que seria o outro, em especial o traficante no Rio de Janeiro”.

Essas concepções endereçam o conceito de hegemonia como resultante da conformação social de interesses de classe predominantes para dar direção ao conjunto da sociedade (Silva, 2015). A partir do momento que a hegemonia se torna marcante e opressora, nasce a ideia e prática da supremacia, do afloramento de relações sociais de superioridade presentes em diversos aspectos: sociais, culturais, econômicos (Moraes, 2016). Gramsci (1999) antecipou a urgente necessidade da elaboração de práticas que confrontassem a hegemonia, em seus vários matizes, pelos grupos sociais subalternos para alterar relações de força e poder. Em suas contribuições para formas de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, Williams (1979) lembra que a hegemonia nunca é uma conquista definitiva em sociedades em que a política eleitoral e a opinião pública contestam e reivindicam.

Nesse aspecto, tal conformação social e seus estremecimentos, continuidades e hiatos de descontinuidades envolvem “cadeias de referência” (Latour, 2019) pelas quais transitam práticas e discursos jornalísticos. Em se tratando do jornalismo *mainstream*, pode-se perceber que os interesses corporativos e políticos de organizações jornalísticas

e as elites sempre se utilizaram do poder da comunicação para a manutenção de valores e ideologias dominantes (Albuquerque, 2022). Com a redemocratização do país, a partir de 1985, aliada à expansão da internet, um número ainda maior de indivíduos e coletivos passou a se engajar em iniciativas de jornalismo independente em defesa de uma sociedade mais livre, diversa e plural (Lacerda, 2016), contrastando com a mídia hegemônica.

Mídia hegemônica e contra-hegemônica: a escolha dos objetos

As práticas jornalísticas têm sido há muito discutidas em torno de questões como objetividade versus subjetividade e imparcialidade versus parcialidade, como noções distintas e sinalizadoras do que é um bom texto jornalístico. Segundo Demeneck (2009, p. 11), o termo “objetividade” no jornalismo “tem a ver com a procura pela verdade, seja como valor ético da profissão, seja como impulso epistemológico”. De acordo com o autor, há dois pontos a considerar. O primeiro refere-se à perda de credibilidade no jornalismo, com suas origens no século XX, com a Primeira Guerra Mundial, e está relacionado diretamente com o “objetivismo”. Nesse período, a produção das propagandas tem o intuito de convencer a opinião pública sobre a necessidade de os EUA participarem do conflito armado.

O segundo ponto, afirma Demeneck (2009), está relacionado às primeiras décadas do século XX, com o surgimento de uma nova profissão, a de “relações públicas”. Essa nova vertente no mercado de trabalho era considerada uma ameaça à própria ideia de notícia. Para Traquina (2005, p. 137), “com as relações públicas, as notícias pareciam tornar-se menos a reportagem dos acontecimentos e mais a reprodução de um universo de fatos”. Na década de 1930, os profissionais do jornalismo seguiam os preceitos da objetividade, mas a presença da subjetividade era muito real. Por mais que tentassem seguir à risca a imparcialidade, sabiam que a possibilidade de não se alcançar por completo esse padrão na transmissão da informação era inevitável.

Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho (Traquina, 2005, p. 139).

Barros Filho (2008), em obra inteiramente dedicada à ética na comunicação e aos conceitos de objetividade aparente e objetividade como estratégia pelos produtores dos meios de comunicação, observa que a prática do “jornalismo objetivo” na modernidade é comumente associada à lógica do positivismo filosófico, que desassocia crenças e opiniões humanas da realidade verdadeira, objetiva, verificável, racional. Embora o autor identifique a distinção histórica entre jornalismo informativo e opinativo, ou seja, a suposta divisão entre narração do fato e juízo de valor, sugere evidências mercadológicas e políticas diretamente envolvidas nesse processo:

Essa prática, consolidada na última década do século XIX, é consequência não só de interesses econômicos ligados à eficácia, à rentabilidade, ao menor esforço e ao menor risco, mas sobretudo de uma estratégia de legitimação de um tipo de produto dentro de um campo jornalístico em formação (Barros Filho, 2008, p. 14).

A noção de campo jornalístico adotada por Barros Filho (2008) segue a concepção de “campo” de Pierre Bourdieu, “como espaço estruturado de posições no qual os agentes lutam simbolicamente pela imposição de um produto midiático mais legítimo” (Barros Filho, 2008, p. 15). Nessa linha, Alsina (2009, p. 238) discute que o conceito de objetividade “continua sendo um dos elementos-chave para compreender a ideologia que o modelo liberal da imprensa tem”. O autor chama atenção para o fato de que o conceito é mutável em termos temporais e espaciais: “Isso me leva a pensar na inexistência de um só conceito de objetividade. A objetividade é um conceito social e diferente segundo as culturas pesquisadas” (Alsina, 2009, p. 241).

Como vimos, há uma linha tênue entre o que é objetivo e subjetivo em jornalismo, o que exige tentarmos articular noções conceituais que possibilitem a compreensão de similaridades e diferenças a partir de contextos históricos e sociais. Na apresentação do livro de Barros Filho (2008), ao abordar a centralidade da mídia na contemporaneidade, Baccega (2008, p. 7) afirmou, com propriedade: “A realidade que conhecemos resulta da edição do mundo”. Estamos de acordo com essa linha de pensamento que compreende a realidade como uma construção social (Bateson, 2002; Goffman 2012), movida por dinâmicas de ações humanas, mas também fortemente afetada por fatores de incertezas e indeterminações. Portanto, noções de objetividade e subjetividade precisam ser consideradas e relativizadas de acordo com contextos e situações específicas.

Isso nos leva à escolha dos nossos objetos de investigação, os websites *APJ*, de São Paulo, e o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro. São dois veículos jornalísticos com perfis distintos em termos de história, política editorial e modelos de negócios. Em sua *homepage* oficial, a *APJ*, fundada em 2015, se posiciona como uma agência que “se propõe a fazer um jornalismo independente, especializado em trazer temáticas sob uma perspectiva racial e, assim, produzir pautas antirracistas”, com o propósito de informar e dar voz à população preta. Já *O Globo*, fundado em 1925, pertencente ao Grupo Globo, maior conglomerado de mídia da América Latina, afirma que tem como princípios editoriais a isenção, a correção e a agilidade.

Percursos metodológicos e análise

As etapas de pré-análise, construção do objeto, exploração do material, tratamento dos resultados e inferências utilizaram o método de análise de conteúdo de Bardin (2008, p. 40), que o define como o “conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A etapa empírica consistiu em três movimentos de pesquisa.

No primeiro, foram coletadas nos websites dos veículos APJ¹ e O Globo² todas as unidades de registros que continham o termo “Ágatha Félix”, relativas ao período de 20 de setembro de 2019 a 30 de abril de 2021. A extração dos dados foi feita utilizando as ferramentas de buscas oferecidas pelos próprios websites. Em APJ, foram identificados 17 textos jornalísticos que citaram o nome de Ágatha Félix — desses, 12 pertenciam ao gênero informativo e cinco ao gênero opinativo. Em O Globo, localizamos 92 unidades, sendo 73 informativas e 19 opinativas. Nesse levantamento inicial, foram incluídos também os resultados que exibiam *suites* das matérias, isto é, atualizações de notícias publicadas anteriormente.

A partir do material obtido, realizamos o processo de leitura “flutuante” dos documentos para conhecer os textos em busca de impressões e orientações para a projeção das teorias sobre o material e decisões sobre técnicas de análise. Em seguida, demarcamos os documentos suscetíveis de fornecer informações sobre nossa questão central de pesquisa: como o caso Ágatha foi enquadrado por dois veículos jornalísticos com perfis bastante diferenciados em termos de história, política editorial e modelo de negócios e suas derivações sobre o tratamento das mortes de corpos negros executados pelo Estado. Para isso, buscamos responder perguntas como: Como a vítima foi retratada? Quais fontes de informação foram escolhidas? Qual vocabulário foi utilizado nos textos? O recorte temporal adotado foi um período de sete dias, começando no dia seguinte do assassinato de Ágatha. Além disso, foram adotados como critérios regras de homogeneidade e pertinência. De um total de seis unidades representativas do gênero informativo do APJ e quatro de O Globo, selecionamos para o *corpus* analítico, por semelhança temática, quatro reportagens, sendo duas de cada veículo.

Os títulos das reportagens selecionadas em APJ foram:

Em São Paulo, movimento negro organiza ato contra assassinato de Ágatha Félix: Ágatha Vitória Sales Felix morreu após ser baleada por um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro; manifestação acontece no dia de memória do sétimo dia do assassinato da criança (APJ, 21/09/2019)

“Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio”, afirma morador do Complexo do Alemão: Ativistas e moradores do Complexo do Alemão avaliam que o assassinato de Ágatha Felix, de apenas oito anos, evidencia a política de morte no Rio de Janeiro (Simões, 23/09/2019)

Em O Globo, a primeira reportagem é assinada pelos jornalistas Diego Amorim, Letícia Gasparini e Lucas Altino e a segunda é de mesma autoria, com a adição da jornalista Marcelle Carvalho. Os títulos das reportagens foram:

¹ Disponível em: <https://almapreta.com.br>

² Disponível em: <https://oglobo.globo.com>

Morre menina de 8 anos que levou tiro nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam: Ela estava dentro de uma Kombi no momento em que foi baleada e foi levada ao hospital, mas não resistiu (O Globo, 21/09/2019)

Menina baleada e morta no Complexo do Alemão será enterrada neste domingo; caso gera comoção: Mãe de Ágatha passou mal e saiu do hospital numa cadeira de rodas. PM lamenta, mas diz que equipes não vão recuar (O Globo, 22/09/2019)

A segunda etapa, de exploração e decomposição do material, foi guiada pela teoria do *newsmaking* (produção de notícias). Tuchman, nos anos 1970, foi uma das precursoras da perspectiva construtivista do *newsmaking*, que se opõe ao paradigma tradicional de objetividade e imparcialidade jornalística. Em estudo de sistematização seminal, Wolf (2008) observa que a teoria é um divisor de águas, no campo dos estudos da comunicação, pelas possibilidades de compreensão sobre rotinas e práticas jornalísticas, especialmente sobre influências intra e extraorganizacionais que fazem parte do cotidiano dos jornalistas. Wolf (2008) trata de critérios de “noticiabilidade” como critérios guarda-chuva que direcionam jornalistas a selecionar fatos ou eventos do mundo como passíveis de serem transformados em notícias e critérios de “valores-notícia”, que seriam requisitos apêndices, interligados a componentes contextuais e situações das ocorrências.

Na construção desse edifício teórico, Traquina (2005) elaborou uma classificação de critérios de noticiabilidade, baseados em eixos de seleção, de prioridades temáticas e de construção, referentes a processos de elaboração de conteúdo jornalístico. O eixo Seleção é dividido em dois subgrupos: 1) substantivos, que envolvem valores-notícia como morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, conflito/controvérsia, infração e escândalo; e 2) contextuais, que se aplicam às circunstâncias que envolvem o problema de produção de notícias, como disponibilidade, equilíbrio, visualidade e concorrência. Já no eixo Construção, o autor elenca a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização e dramatização.

Nas quatro reportagens selecionadas, nota-se a presença dos valores-notícias descritos por Traquina, do subgrupo substantivo do eixo de seleção: *morte*, pelo fato motivador da reportagem — abreviação da vida de uma criança; *infração*, pelo fato de o assassinato ser um crime; *relevância*, por se tratar de uma criança, preta e periférica, morta por um policial militar; e *conflito* ou *controvérsia*, pelo fato de que o Estado, por meio de agentes de segurança pública, deveria promover a segurança de todo cidadão, independentemente de sua etnia, situação socioeconômica e região domiciliar.

Em relação ao conteúdo das reportagens selecionadas, o assassinato de Ágatha foi narrado de forma diferente por cada veículo, mas ambos evidenciam o valor-notícia *personalização*, categorizado no eixo Construção, ao mencionarem, em todas as quatro matérias analisadas, a atriz social protagonista, no caso, a própria menina, e o antagonista, o policial militar. No eixo Construção, o valor-notícia *consonância* traz à superfície a problemática levantada nesse estudo: a abordagem sobre o assassinato de corpos negros difere, o que será tratado na seção a seguir.

No terceiro movimento da pesquisa, de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, notou-se o contraste verificado no emprego do valor-notícia *consonância* (eixo Construção), a partir da utilização das fontes nas quatro reportagens. A primeira reportagem selecionada de *APJ*, em 21/09/2019, utiliza como *fontes testemunhais* pessoas que presenciaram o assassinato. Como *fontes oficiais*, traz o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) para informar dados sobre assassinatos em operações policiais no estado do Rio; traz, ainda, uma fala da Coordenadoria da UPP: “De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a polícia nunca matou tanto quanto em 2019. De janeiro a agosto, foram registrados 1.249 casos. A média é de cinco mortes por dia”.

As duas fontes oficiais foram escolhidas para informar sobre as investigações do caso. O texto inclui o movimento negro como *fonte independente*, ligada de forma indireta ao caso, e ilustra os protestos em prol de justiça por Ágatha. O trecho a seguir menciona a intenção das manifestações em relação ao assassinato e que ocorreriam em São Paulo, em 27 de setembro de 2019:

O objetivo é manifestar repúdio às políticas de segurança pública adotadas pelo governo de Wilson Witzel. Ágatha é a quinta criança morta em função da violência no Rio de Janeiro neste ano. Para o movimento, as ações realizadas pela polícia nas favelas corroboram com o genocídio da população negra e pobre.

Na segunda reportagem analisada, Simões (23/09/2019) traz como *fontes oficiais* a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), o então presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, o ISP-RJ, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) e a Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, para atualizar dados sobre as investigações do caso.

Em comunicado, a Polícia Militar informou que equipes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foram atacadas de várias localidades da comunidade do Fazendinha de forma simultânea. Os policiais teriam revidado aos ataques, gerando um confronto que vitimou Ágatha. A Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) abriu um inquérito para apurar todas as circunstâncias da ação.

Para fazer uma contextualização social que levou ao crime, a *APJ* traz *fontes independentes*, como o Projeto Social Complexo do Alemão, e o movimento negro, para mais uma vez informar sobre os protestos, e o Coletivo Papo Reto, formado por jovens moradores do Complexo do Alemão e da Penha. Thainã de Medeiros, integrante do Coletivo Papo Reto, declarou na reportagem: “É uma política onde a polícia atira primeiro e depois pergunta se a pessoa baleada era inocente ou não. Temos a polícia que mais mata no Brasil e as estatísticas comprovam essa fatalidade”.

Amorim, Gasparini e Altino (21/09/2019), na primeira reportagem de *O Globo*, utilizam uma *fonte oficial*, a Polícia Militar (PM), para expor nota completa do órgão sobre o caso. E, também, *fontes independentes e testemunhais*, que não quiseram se identificar. As fontes em *off* são parentes de Ágatha que presenciaram o ocorrido, manifestantes que participaram do protesto após o assassinato e membros do coletivo Mães de Manguinhos, como ilustrado abaixo:

Em todas as comunidades se perdem vidas inocentes por essa política montada pelo governo do Estado. O Complexo do Alemão está presente, sim! Não queremos que a Agatha venha a ser apenas mais uma foto estampada. Vamos lutar pelos nossos direitos dentro da comunidade, onde vários inocentes são atingidos por 'balas achadas' — afirma um manifestante sem se identificar.

Na segunda reportagem de *O Globo*, Amorim, Gasparini, Altino e Carvalho (22/09/2019) trazem quatro fontes oficiais: PM, Divisão de Homicídios, OAB-RJ, ONG Rio de Paz e Defensoria Pública do Rio. Também foram citados moradores *em off*/testemunhais, que estavam presentes no momento do crime. Foi exposta na matéria a revolta dos familiares, com fontes independentes, como o avô de Ágatha Félix, Ailton Félix. Nessa entrevista, em especial, *O Globo* tenta diversificar suas fontes ouvindo o avô, porém o recorte da fala de Ailton feito pelo veículo infere um reforço negativo da imagem do morador de periferia:

Matou uma inocente, uma garota inteligente, estudiosa, obediente, de futuro. Cadê os policiais que fizeram isso? A voz deles é a arma. Não é a família do governador ou a do prefeito ou a dos policiais que está chorando. É a minha. Eles vão pedir desculpas, mas isso não vai trazer minha neta de volta. Foi a filha de um trabalhador, tá? Ela fala inglês, tem aula de balé, era estudiosa. Ela não vivia na rua, não — lamentou Ailton. — Mais um na estatística. Vão chegar e dizer que morreu uma criança no confronto. Que confronto? A minha neta estava armada, por acaso, para levar um tiro?

Ao analisar o conteúdo de ambos os veículos, pode-se inferir uma diferença de abordagem de um mesmo assunto, aqui também representando o valor-notícia *consonância* (eixo Construção). Na primeira reportagem, a *APJ* dá voz a duas fontes locais, como demonstrado no depoimento de Thamyra Thâmara, moradora e criadora de projetos sociais no local:

Assim como em vários segmentos da sociedade, o racismo sempre esteve presente nas forças policiais. O que acontece hoje é um discurso assumido do governador Witzel de que as pessoas que moram na favela não valem nada e por isso a polícia pode atirar à vontade.

Na segunda reportagem, Simões (23/09/2019) traz quatro fontes locais: moradores do Complexo do Alemão, ONGs e coletivos, para explicar, por meio de entrevistas, que o crime foi motivado por um racismo estrutural que resulta em uma necropolítica defendida pelo então governador Wilson Witzel:

Esse protesto é pela morte de uma criança que foi alvejada por um policial despreparado, que recebeu a ordem do governador para atirar. E atiraram nas costas de uma criança. Estamos pedindo paz, não criamos nossos filhos para perdê-los numa guerra desproporcional. O governador hoje tem essa política de matar. Vamos resistir por nossos filhos — disse um morador, que pediu para não ser identificado.

É possível observar que *O Globo* utiliza também fontes independentes locais, mais próximas da vítima, como forma de descrever suas dores com a perda de Ágatha, ao contrário de *APJ*, que não expõe a emoção da família, mas sim um contexto sócio-histórico mais amplo e o fato específico.

Outro ponto importante que observamos foi o emprego de determinados vocábulos. Em *APJ*, a inquietação em relação à prática histórica da necropolítica pode ser notada na fala das fontes, bem como no emprego da palavra "assassinato", citada quatro vezes na primeira reportagem e duas vezes na segunda. O termo "racismo" apareceu uma vez, na segunda reportagem, assim como o termo "genocídio", citado uma vez em cada reportagem.

O assassinato de Ágatha Félix gerou revolta e provocou protestos em vários pontos do país. Esses protestos foram organizados por movimentos negros, termo também mencionado. O *APJ* nomeia, em ambas as reportagens, quem organizou tais manifestações. A seguir, relacionamos três trechos extraídos das duas reportagens de *APJ* que exemplificam o que foi abordado acima:

Na cidade de São Paulo, entidades do movimento negro planejam para a próxima sexta-feira, 27 de setembro, um ato em protesto ao assassinato (*APJ*, 21/09/2019, *grifos nossos*).

Os manifestantes sustentam que ações realizadas pela polícia nas favelas corroboram com o *genocídio* da população negra e pobre (*Simões*, 23/09/2019, *grifos nossos*).

Assim como em vários segmentos da sociedade, o *racismo* sempre esteve presente nas forças policiais (*Simões*, 23/09/2019, *grifos nossos*).

Em *O Globo*, a palavra "assassinato" é citada somente uma vez e apenas na segunda reportagem, de Amorim *et al.* (2019). As palavras racismo e genocídio não são mencionadas em nenhuma das duas reportagens pelo veículo. A palavra "baleada" é utilizada nas duas notícias: três vezes na primeira e uma na segunda, como demonstrando nos trechos a seguir:

Ainda de acordo com a Polícia Militar, moradores informaram à equipe que a menina havia sido baleada na localidade conhecida como Estofador (*Amorim et al.*, 21/09/2019).

A criança foi baleada nas costas na noite da última sexta-feira, no Complexo do Alemão, também na Zona Norte, por um tiro de fuzil (*Amorim et al.*, 22/09/2019).

Mesmo não mencionada explicitamente, a concepção histórica de necropolítica cometida pelo Estado ganha um certo olhar em *O Globo*, ao trazer uma fala literal do porta-voz da PM, coronel Mauro Fliess, publicada na reportagem de Amorim *et al.* (22/09/2019).

A Polícia Militar se faz presente na rua para preservar vidas. Quem busca o confronto são os *marginais* com a convicção de que, caso alguma pessoa inocente seja ferida, essa culpa recairá imediatamente sobre os ombros da Polícia Militar. Não iremos recuar. O governo do estado está no caminho certo (*grifos nossos*).

Ao empregar o termo “marginais”, a fala denota o significado literal da definição do verbete “marginal”, como substantivo masculino e feminino pejorativo, do *Dicio – Dicionário Online de Português*³: “Que ou quem vive à margem da sociedade, desconsiderando a lei e a moral; delinquente, fora da lei, criminoso”. Assim, pode-se depreender uma visão negativa em relação à população preta, pobre e periférica, que foi, secularmente, jogada à margem social e geográfica da sociedade brasileira, em especial, da população fluminense.

Como citado numericamente, a APJ utilizou mais a palavra “assassinato”, enquanto *O Globo* preferiu as palavras “morte” ou “baleada”. Pode-se inferir que os vocábulos empregados por *O Globo* em sua cobertura amenizaram, em certo ponto, a gravidade do crime, além de apresentar a ausência das palavras racismo e genocídio.

Conclusões

Uma característica importante verificada no *corpus* analisado é que as coberturas e os discursos jornalísticos de APJ e *O Globo* foram bastante distintos quanto à barbárie do assassinato da menina Ágatha Félix em relação à necessidade premente de um amplo debate público, envolvendo Estado e sociedade civil, que resulte em ações eficazes de combate à complexa indústria do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, considerando as cadeias de referência (Latour, 2019) do problema, isto é, o racismo estrutural, a necropolítica, os danos colaterais de civis inocentes e o próprio papel da mídia.

Embora se tratando de uma análise microcomunicacional, os resultados demonstram que os enquadramentos da mídia hegemônica *O Globo*, dotada de boa infraestrutura econômica historicamente baseada no modelo de negócio comercial, buscaram seguir a lógica tradicional de um jornalismo massivo que se apresenta como objetivo e imparcial, por meio de ampla cobertura, moderação de vocábulos e privilégio de fontes oficiais. Embora não tenha demonstrado discurso racista, não aprofundou criticamente o problema societal sistêmico das relações entre violência policial, racismo e direitos humanos. Em busca da aproximação com o público, se utilizou da emoção dos envolvidos no caso — desespero e sofrimento — para enquadrar o crime.

Na mídia contra-hegemônica APJ, observamos uma cobertura menos detalhada, com reportagens mais curtas em tamanho, e algumas somente com imagens de Ágatha. No geral, percebemos que houve a seleção de menos fontes oficiais, na busca de dar voz a fontes mais diversas e plurais críticas e envolvidas com a realidade da comunidade, na tentativa de promover um enquadramento negro e antirracista que não têm espaço na mídia comercial. As reportagens, entretanto, além de apresentarem a factualidade, trouxeram à tona uma reflexão sobre o racismo estrutural e a necropolítica no Rio.

Essas constatações apontam para a necessidade de estudos e tensionamentos baseados em análises empíricas sobre as cadeias de referência entre necropolítica, racismo e mídia, em busca da superação da dicotomia entre objetividade e subjetividade jornalística diante dos novos desafios e complexidades contemporâneas.

³ Disponível em: www.dicio.com.br/marginal

Artigo Article

Marina Lopes de Souza é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq/UFJF).

Telma Sueli Pinto Johnson é Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq/UFJF). Vice- Coordenadora do PPGCOM/UFJF.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. **A modernização autoritária do jornalismo no Brasil (1950-2020)**. Curitiba: Appris, 2022.

ALMA PRETA. Em São Paulo, movimento negro organiza ato contra assassinato de Ágatha Félix: Ágatha Vitória Sales Felix morreu após ser baleada por um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro; manifestação acontece no dia de memória do sétimo dia do assassinato da criança. **Alma Preta**, Cotidiano, 21 set. 2019. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/em-sao-paulo-movimento-negro-organiza-ato-contra-assassinato-de-agatha-felix/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMORIM, Diego *et al.* Morre menina de 8 anos que levou tiro nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam: Ela estava dentro de uma Kombi no momento em que foi baleada e foi levada ao hospital, mas não resistiu. **O Globo**, Rio, 21 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/morre-menina-de-8-anos-que-levou-tiro-nas-costas-no-complexo-do-alemao-moradores-protestam-23965018>. Acesso em: 20 abr. 2021.

AMORIM, Diego *et al.* Menina baleada e morta no Complexo do Alemão será enterrada neste domingo; caso gera comoção: Mãe de Ágatha passou mal e saiu do hospital numa cadeira de rodas. PM lamenta, mas diz que equipes não vão recuar. **G1**, Rio, 22 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/menina-baleada-morta-no-complexo-do-alemao-sera-enterrada-neste-domingo-caso-gera-comocao-23965741>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. O papel da imprensa negra brasileira. **Revista Alterjor**, v. 20, n. 2, 2019.

BACCEGA, Maria A. Apresentação. In: BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 6.ed. São Paulo: Summus, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 6.ed. São Paulo: Summus, 2008.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M. **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 85-105.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. A memória da sociedade: imprensa não pode deixar de lado um papel importante nas eleições de outubro. **Bemdito**, Diário não oficial, 9 abr. 2022. Disponível em: <https://bemditojor.com/a-memoria-da-sociedade/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística: o debate contemporâneo do conceito**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DINIZ, Adriana. L. **Jornalismo em segurança pública: uma nova postura na cobertura da violência urbana, no Brasil**. Pós-Graduação (Docência de Ensino Superior Lato Sensu) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA, Ítalo C. Necropolítica no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Ensaios**, vol. 15, p. 17, jul./dez. 2019.

FOGO CRUZADO. Site. Instituto Update Rio de Janeiro, 2016-; Recife, 2018-. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/>. Acesso em: 28 mai. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, tv, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2012.

KARAM, Francisco. J. **A ética do jornalismo e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

LACERDA, Daniela Maria. **O jornalismo digital independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LATOURETTE, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: Uma antropologia dos modernos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**, n. 32, pp. 123-151, dez. 2016.

MODENA, Maura. R. **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Educs, 2016.

MORAES, Dênis de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PEIXOTO, Clarissa. Jornalismo, hegemonia e reações contra-hegemônicas. **Observatório da imprensa**, objETHOS, 6 out. 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/jornalismo-hegemonia-e-reacoes-contra-hegemonicas/>. Acesso em mai. de. 2021.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Pinsky, 2006.

PEREIRA, Edimilson. A.; GOMES, Núbia. **Ardis da Imagem**. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza, v. 1, 2018.

PPGSP/UFSC; FENAJ. **Quem é o Jornalista Brasileiro?** Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 2012. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em ab. 2021.

PINHO, J. B. **Jornalismo na internet**. São Paulo: Summus, 2003.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Pele alvo: A cor que a polícia apaga**. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2022. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PELLE-ALVO3_final.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Infância interrompida:** Números da violência contra crianças e adolescentes. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2021. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/07/Infancia-interrompida_numeros-da-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, Harrison da. Racismo e mídia. **Universitas Humanas**, v. 8, n. 1, p. 53-82, jan./jun. 2011.

SILVA, Amanda. C. M. **Práticas e características do jornalismo alternativo e contra hegemônico de agência de informação:** Uma visão a partir da rotina produtiva da Adital. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SIMÕES, Nataly. Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio, afirma morador do Complexo do Alemão: Ativistas e moradores do Complexo do Alemão avaliam que o assassinato de Ágatha Felix, de apenas oito anos, evidencia a política de morte no Rio de Janeiro. **Alma Preta Jornalismo**, Cotidiano, 23 set. 2019. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/favelas-do-rio-de-janeiro-vivem-uma-politica-de-extermio-afirma-morador-do-complexo-do-alemao>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SODRÉ, Muniz. Nos tempos da sociedade incivil: Pensando sobre racismo, violência e mídia durante a pandemia. **Revista Metaxy**, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 145-154, 2023.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional., v. 2. Insular: Florianópolis, 2005.

TRISTÃO, Marise Baesso. **Medo e violência:** discursos do poder. As narrativas sobre o Rio de Janeiro nas páginas de O Globo (2002-2010). Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

VAZ, Jeferson da Costa. A necrotecnologia como uma dimensão da necropolítica: Entre Fanon e Mbembe. **Revista Metaxy**, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, pp. 83-96, 2023.

VAZ, Paulo; MENDONÇA, Ricardo. A representação visual do negro no jornal impresso. In: XXV Congresso Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais...** Salvador, 1-5 set. 2002.

VIANA, Natalia. **Efeito colateral:** a intervenção dos militares na segurança pública. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Londres: New Left Books, 1977.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1985.

Como citar:

SOUZA, Marina Lopes de; JOHNSON, Telma Sueli Pinto. Necropolítica na mídia noticiosa: Paradoxos discursivos sobre o assassinato da menina Ágatha Félix nos websites 'Alma Preta' e 'O Globo'. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 5, n. 5.1, p. 76-91, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>